

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 953

DIMENSIONAMENTO, QUALIDADE E GASTOS FEDERAIS COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Paulo Roberto Corbucci

Brasília, maio de 2003

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 953

DIMENSIONAMENTO, QUALIDADE E GASTOS FEDERAIS COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990*

Paulo Roberto Corbucci**

Brasília, maio de 2003

* Este trabalho é parte da Pesquisa "Avanços, limites e lições das políticas de educação na década de 1990", financiada com recursos do Programa Rede-Ipea.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea. E-mail: corbucci@ipea.gov.br.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Ricardo Varsano

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do (s) autor (es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Esta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do projeto BRA 97/013.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 DIMENSIONAMENTO DA ÁREA 7

3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS 14

4 GASTOS FEDERAIS EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA 17

5 AVANÇOS E DESAFIOS 19

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21

SINOPSE

O presente texto analisa a evolução da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ao longo da década de 1990. Para tanto, apresentam-se na segunda seção dados que permitem visualizar a expansão ocorrida em termos de programas, de matrículas e de estudantes titulados. Na terceira seção são analisados os resultados dos processos de avaliação coordenados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no início e no fim da década. A quarta seção trata dos gastos realizados pela União, em especial daqueles sob a alçada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Capes. Por fim, na quinta seção, são identificados os principais avanços ocorridos no período, bem como os desafios que se colocam para o momento atual.

ABSTRACT

The purpose of the text is to outline the evolution of graduate education in Brazil, during the last decade. In doing so, in the second chapter it shows the expansion of institutional programs, as well enrollments data. In chapter three, results of evaluations executed by Capes are analyzed, confronting the results registered at the beginning and the end of the decade. The fourth chapter analyses the federal government expenditures, specially those executed by Capes and CNPq. The last chapter highlights the main improvements, as well some of the challenges for the present.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto constitui um dos produtos finais da pesquisa *Avanços, limites e lições das políticas de educação na década de 1990*, realizada no âmbito do Ipea, no período 2000-2001, e tem por objeto a pós-graduação *stricto sensu*.

A pós-graduação brasileira em nível *stricto sensu*¹ revelou intenso processo de expansão ao longo da década de 1990. Essa expansão foi conduzida direta e indiretamente pelos setores públicos, estadual e federal, tanto no que se refere ao próprio crescimento ostentado por suas instituições de ensino como pelo fato de boa parte dos egressos de seus cursos de doutorado ter sido incorporada aos novos programas ofertados pelo setor privado.

No sentido de ampliar o escopo de análise dessa expansão, este estudo utilizou-se de duas abordagens: a avaliação da qualidade da oferta e os gastos realizados pela União. Para a consecução da primeira abordagem, foram analisados os resultados das avaliações realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no início e no fim da década. Quanto à segunda, optou-se por dimensionar os gastos realizados pelas principais agências de fomento à pós-graduação e à pesquisa, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a própria Capes.

Desse modo, buscou-se com esta análise identificar tendências assumidas pela pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, no que se refere ao seu dimensionamento físico, à qualidade da oferta e ao papel desempenhado pela União no tocante à sua manutenção.

2 DIMENSIONAMENTO DA ÁREA

No intuito de se oferecer uma visão panorâmica da oferta da pós-graduação *stricto sensu*, é apresentada, por intermédio das tabelas 1 e 2, a evolução da oferta de cursos de mestrado e de doutorado no país.² As taxas de expansão desse nível do ensino, que integram as referidas tabelas, seriam ainda maiores caso estivessem incluídos na coluna referente a 2000 os programas implantados no fim da década de 1990, os quais não foram submetidos à avaliação da Capes realizada em 2001, bem como os mestra-

1. A pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, enquanto os cursos de especialização e de aperfeiçoamento são considerados pós-graduação *lato sensu*.

2. Para a consolidação desses dados foram utilizados os relatórios de avaliação da Capes sobre as avaliações referentes aos biênios 1990-1991 e 1994-1995, bem como a base de dados em meio eletrônico, fornecida pela própria Capes, referente à avaliação do triênio 1998-2000. Para efeito da contabilização contida nas colunas 1991 e 1995 das tabelas 1 e 2, foram considerados todos os cursos listados pela Capes, incluindo aqueles sob as categorias de Cursos Novos (CN), Sem Avaliação (SA) e Sem Conceito (SC). Quanto à coluna 2000, foram incluídos apenas os cursos avaliados pela Capes no triênio 1998-2000, incluindo aqueles que obtiveram notas inferiores a três.

dos profissionalizantes, que constituem uma nova modalidade de curso de pós-graduação *stricto sensu*.³

TABELA 1

Cursos de mestrado, por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Centro-Oeste	42	4	57	5	83	5	98
Nordeste	128	13	163	14	227	15	77
Norte	18	2	25	2	36	2	100
Sudeste	645	67	731	63	902	59	40
Sul	131	14	182	16	273	18	108
Total	964		1.158		1.521		58

Fonte: Capes (1996a, 1996b).

Elaboração própria.

A tabela 1 evidencia a liderança assumida pela Região Sul ao longo da década, seguida de perto pelas Regiões Norte e Centro-Oeste. Por sua vez, a Região Sudeste, que concentrava cerca de 67% dos cursos em 1991, revelou o menor crescimento, de modo que sua participação na oferta global retrocedeu em mais de sete pontos percentuais. Tal comportamento seria esperado, na medida em que, enquanto na Região Sudeste a pós-graduação *stricto sensu* já havia atingido certa maturidade científico-institucional, nas demais regiões esta se encontrava em processo de consolidação, ou mesmo de implantação.

Em relação aos cursos de doutorado (ver tabela 2), a taxa de crescimento foi ainda maior que a verificada em nível de mestrado. É possível que essa maior expansão esteja relacionada ao estágio de desenvolvimento mais incipiente daquele nível de ensino, quando comparado ao mestrado. Sob a ótica regional, observa-se que a Região Nordeste foi a que obteve maior crescimento ao longo do período sob estudo, ampliando significativamente sua participação na oferta de cursos. Em seguida aparece a Região Sul, que dobrou sua participação durante o mesmo período.

Uma possível explicação para o desempenho mais modesto da Região Sudeste em relação ao das demais regiões refere-se ao estágio de maturidade alcançado por sua pós-graduação *stricto sensu*. Nesse caso, as Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo as públicas, já estariam caminhando para atingir sua capacidade limite de oferta desse tipo de formação superior.

Analisando-se a distribuição dos cursos de mestrado, segundo a natureza institucional (ver tabela 3), constata-se que o crescimento mais acentuado coube ao setor privado. Apesar disso, sua participação na oferta total de cursos ainda se mostra pouco expressiva. No que se refere às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a oferta desse nível do ensino manteve-se como uma atribuição exclusiva, ou quase exclusiva,

3. Mestrado Profissional é a designação do mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Essa ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos graus e prerrogativas, até mesmo para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (Parecer CNE/CES 0079/2002). Instituídos em 1999, os mestrados profissionalizantes totalizaram 58 cursos, segundo a avaliação da Capes referente ao período 1998-2000.

das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).⁴ Portanto, a função desempenhada pelas Ifes nessas regiões, no que tange à produção científica e à formação de pesquisadores, não sofreu alterações mais profundas, a despeito da maior participação do setor privado em nível nacional.

TABELA 2

Cursos de doutorado por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Centro-Oeste	10	2	15	2	25	3	150
Nordeste	14	3	36	6	84	10	500
Norte	5	1	8	1	13	2	160
Sudeste	385	86	493	80	601	70	56
Sul	36	8	64	10	139	16	286
Total	450		616		862		92

Fonte: Capes (1996a, 1996b).

Elaboração própria.

Há de se ressaltar, ainda, que a oferta de pós-graduação *stricto sensu* pelas IES estaduais está concentrada nas três universidades paulistas (Unesp, Unicamp e USP), as quais respondiam, em 2000, por 80% dos cursos de mestrado e 92% dos cursos de doutorado.

TABELA 3

Cursos de mestrado, por dependência administrativa, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Estadual	318	33	371	32	454	30	43
Federal	558	58	681	59	870	57	56
Municipal	-	-	-	-	2	0	-
Privado	88	9	106	9	195	13	122
Total	964		1.158		1.521		58

Fonte: Capes (1996a, 1996b).

Elaboração Própria.

Conforme pode ser verificado juntamente com a tabela 4, as Ifes lideraram a expansão da oferta de cursos de doutorado, tendo sido ampliada sua participação em cerca de onze pontos percentuais. Se em 1991 as IES estaduais respondiam pela maior oferta, a partir de meados dessa década essa posição passa a ser assumida pelas Ifes. Apesar de as IES estaduais terem registrado crescimento considerável, sua participação no total de cursos ofertados reduziu-se quase que na mesma proporção do crescimento obtido pelas instituições federais. Já as instituições privadas não ampliaram sua participação na oferta desses cursos, a despeito de terem obtido taxa de crescimento absoluto de cerca de 90% ao longo do período. Isso se deve ao fato de que a menor expansão das IES estaduais foi compensada pelo expressivo avanço das Ifes.

4. Se em 1991 não havia cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela iniciativa privada, nessas três regiões, ao final da década, a participação dessa esfera administrativa na oferta havia atingido 5% do total na Região Centro-Oeste e 2% do total na Região Nordeste. Na Região Norte, o setor privado continuava a não existir.

TABELA 4

Cursos de doutorado, por dependência administrativa, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	(c/a)
Estadual	223	50	278	45	335	39	50
Federal	188	42	287	47	453	53	141
Privado	39	9	51	8	74	9	90
Total	450		616		862		92

Fonte: Capes (1996a, 1996b).

Elaboração própria.

De acordo com a tabela 5, as Regiões Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram as maiores taxas de crescimento da matrícula nos cursos de mestrado. Porém, dada a dimensão absoluta da Região Sudeste e de sua menor taxa de expansão, o índice médio nacional ficou bastante aquém dos que foram registrados naquelas regiões. Desse modo, a proporção de alunos matriculados, entre as Regiões Sul e Sudeste, caiu para a metade. Se para cada aluno na Região Sul havia 5,7 alunos na Região Sudeste em 1991, essa proporção passou de 1 para 2,9 em 2000.

TABELA 5

Alunos matriculados em cursos de mestrado, por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	(c/a)
Centro-Oeste	1.080	3	1.576	4	2.988	5	177
Nordeste	3.411	9	4.467	10	6.562	10	92
Norte	438	1	655	2	816	1	86
Sudeste	26.884	74	29.719	69	39.478	62	47
Sul	4.688	13	6.889	16	13.747	22	193
Total	36.501		43.306		63.591		74

Fonte: Capes/MEC.

A expansão das matrículas em cursos de doutorado foi ainda mais expressiva, conforme mostra a tabela 6. Nesse caso, o maior incremento coube à Região Nordeste, provavelmente em virtude do estágio em que essa região se encontrava no início da década. Se em 1990 o contingente de alunos matriculados nessa região correspondia a pouco mais de 1% do total, ao final do período sob estudo sua participação havia sido ampliada para quase 6%. Desse modo, as expressivas taxas de expansão das demais regiões, aliadas ao discreto crescimento da Região Sudeste, implicaram redução na participação desta região em cerca de treze pontos percentuais no total de matrículas em cursos de doutorado.

Cabe ainda mencionar que o crescimento mais intenso dos cursos de doutorado fez que se reduzisse a proporção entre doutorandos e mestrados no país. Se, no início da década, havia 1 doutorando para cada 3,3 mestrados, essa proporção se reduziu para 1,9 mestrado por doutorando em 2000.

Quando se analisa a evolução das matrículas em cursos de mestrado por dependência administrativa, constata-se que o setor privado foi o que registrou maior taxa de expansão, seguido de perto pela esfera federal. No entanto, dadas as dimensões di-

ferenciadas dessas duas esferas administrativas, 56% das matrículas incorporadas até o fim do período 1990-2000 foram em virtude das Ifes, contra apenas 18% das IES privadas. Cabe ainda ressaltar que, ao final da década, a esfera municipal também se torna ofertante de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

TABELA 6

Alunos matriculados em cursos de doutorado, por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Centro-Oeste	118	1	268	1	784	2	564
Nordeste	123	1	551	3	1.839	6	1.395
Norte	40	0	110	1	210	1	425
Sudeste	9.999	91	16.777	86	25.873	78	159
Sul	651	6	1.749	9	4.298	13	560
Total	10.931		19.455		33.004		202

Fonte: Capes/MEC.

TABELA 7

Alunos matriculados em cursos de mestrado, por dep. adm., 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Estadual	12.155	33	14.863	34	19.061	30	57
Federal	18.616	51	22.693	52	33.809	53	82
Municipal	-	-	-	-	112	0	-
Privado	5.730	16	5.750	13	10.609	17	85
Total	36.501		43.306		63.591		74

Fonte: Capes/MEC.

Comparando-se as tabelas 7 e 8, infere-se que a expansão das matrículas nos cursos de doutorado foi consideravelmente maior que a dos cursos de mestrado. A maior taxa de crescimento coube às Ifes, que passaram a contar com um efetivo de estudantes de dimensão semelhante ao das IES estaduais. Essa evolução mostra-se mais significativa quando se verifica que, no início da década, os doutorandos vinculados às Ifes correspondiam a apenas 60% do total existente na esfera estadual.

Apesar de o crescimento das matrículas ter sido expressivo em todas as esferas administrativas – superior até mesmo ao crescimento das matrículas no ensino de graduação⁵ as IES estaduais registraram expansão de menos da metade daquela obtida pelas Ifes, razão pela qual sua participação no total de matrículas se reduziu em mais de onze pontos percentuais.

Ao serem consideradas as tendências de crescimento assumidas pelas três esferas administrativas, pode-se supor que as Ifes deverão responder, a exemplo do que já ocorre em relação ao número de cursos implantados, pela liderança no total de estudantes matriculados nos cursos de doutorado a partir de 2002.

5. O crescimento das matrículas no ensino de graduação, no período 1991-2000, foi da ordem de 72%, enquanto o setor privado cresceu 88% no mesmo período.

TABELA 8

Alunos matriculados em cursos de doutorado, por dep. adm., 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	(c/a)
Estadual	6.296	58	10.210	52	15.261	46	142
Federal	3.757	34	7.570	39	14.656	44	290
Privado	878	8	1.675	9	3.087	9	252
Total	10.931		19.455		33.004		202

Fonte: Capes/MEC.

O crescimento do número de titulados foi ainda maior que a expansão das matrículas, conforme se observa nas tabelas 9 e 10. Tanto no mestrado como no doutorado, o número de titulados mais que triplicou.

O fato de a taxa de crescimento do número de egressos dos cursos de mestrado ter sido três vezes maior que a das matrículas no período 1991-2000 aponta para uma possível maior eficiência do sistema. Alguns fatores que teriam contribuído para esse aumento de eficiência dizem respeito à redução nos prazos de concessão de bolsas de estudo, estabelecidos pelas agências de fomento, e aos novos critérios utilizados pela Capes para a avaliação da pós-graduação. Diante dessas novas diretrizes, os programas tiveram de rever seus regimentos internos, de modo que foram reduzidos os prazos de duração dos cursos de mestrado.

TABELA 9

Mestres titulados, por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	(c/a)
Centro-Oeste	160	3	337	4	802	4	401
Nordeste	558	10	908	10	2.079	11	273
Norte	43	1	95	1	279	2	549
Sudeste	3.988	72	6.194	69	11.165	62	180
Sul	823	15	1.469	16	3.807	21	363
Total	5.572		9.003		18.132		225

Fonte: Capes/MEC.

Quanto ao doutorado, pode-se inferir que esse aumento está relacionado mais ao próprio crescimento das matrículas, que, no período 1991-2000, foi superior a 200%, e menos à diminuição do tempo médio para a titulação, tendo em vista que o período de usufruto de uma bolsa de estudo corresponde ao dobro daquele de uma bolsa de mestrado.

Apesar de ter reduzido sua participação em cerca de doze pontos percentuais ao longo da década, a Região Sudeste ainda respondia por mais de 4/5 dos doutores formados em 2000. Isso se deve ao fato, já mencionado anteriormente, de essa região concentrar em seus domínios as universidades estaduais paulistas e parcela considerável das Ifes com programas de pós-graduação consolidados.

Quando se tem por referência a natureza institucional, novamente se observa que a rede privada foi a que apresentou as maiores taxas de crescimento de titulados em ambos os níveis (ver tabelas 11 e 12). As Ifes reduziram sua participação no total de mestres formados, mas continuaram a responder por mais da metade desse total.

Contudo, em virtude de ter crescido sua participação no total de estudantes matriculados nesse nível de ensino, é provável que também seja ampliada a sua participação no total de mestres titulados.

TABELA 10

Doutores titulados, por região, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Centro-Oeste	2	0	26	1	114	2	5.600
Nordeste	25	2	30	1	217	4	768
Norte	4	0	12	0	36	1	800
Sudeste	1.337	95	2.219	89	4.398	82	229
Sul	43	3	206	8	570	11	1.226
Total	1.411		2.493		5.335		278

Fonte: Capes/MEC.

TABELA 11

Mestres titulados, por dependência administrativa, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Estadual	1.635	29	2.805	31	5.449	30	233
Federal	3.252	58	5.095	57	10.076	56	210
Municipal	-	-	-	-	43	0	-
Privado	685	12	1.103	12	2.564	14	274
Total	5.572		9.003		18.132		225

Fonte: Capes/MEC.

No que tange aos doutores formados, constata-se que o crescimento apresentado pelas IES estaduais (192%) não apenas foi menor que o das demais esferas administrativas, como também se revelou inferior à taxa de crescimento de seus titulados em nível de mestrado (233%), o que configura tendência distinta daquela sinalizada pelas outras duas redes de ensino. De qualquer modo, o crescimento relativo dos doutores formados pelas IES estaduais ainda foi maior que o dos estudantes matriculados nessas instituições no período 1991-2000.

TABELA 12

Doutores titulados, por dependência administrativa, 1991-1995-2000

	1991		1995		2000		(c/a)
	(a)	%	(b)	%	(c)	%	
Estadual	889	63	1.449	58	2.600	49	192
Federal	439	31	890	36	2.269	43	417
Privado	83	6	154	6	466	9	461
Total	1.411		2.493		5.335		278

Fonte: Capes/MEC.

3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS

A pós-graduação *stricto sensu* foi objeto, na década de 1990, de cinco processos de avaliação conduzidos pela Capes. Ao longo desse período, houve duas mudanças significativas quanto ao seu desenho.

Uma primeira alteração de caráter estrutural, introduzida na avaliação 1998 (biênio 1996-1997), implicou a substituição dos conceitos alfabéticos por uma escala de notas de um a sete pontos. Desde então, a avaliação passou a ocorrer em duas etapas. Na primeira, os programas foram avaliados em uma escala de cinco até um ponto, os quais corresponderiam aos conceitos de A a E. Em uma segunda etapa, os programas com curso de doutorado que haviam obtido nota cinco foram submetidos a uma outra avaliação, com o intuito de identificar aqueles com padrão internacional (notas seis e sete).

Outra modificação correspondeu à ampliação de dois para três anos do período que seria levado em consideração no processo de avaliação. Essa mudança foi adotada a partir da avaliação 2001, a qual abrangeu o triênio 1998-2000.

Como pode ser constatado pela comparação das tabelas 13 e 14, entre a avaliação referente ao biênio 1990-1991 e a do triênio 1998-2000, ampliou-se em cerca de 88% o total de cursos de mestrado submetidos à avaliação da Capes. Além da constatação inequívoca de que houve expressivo crescimento da oferta desse nível de ensino, esses dados também revelam que foi ampliada a capacidade de coordenação dessa agência governamental.

Nota-se ainda, pela comparação dos dados contidos nas referidas tabelas, que o índice de cursos de mestrado que integram o quinto superior das avaliações (conceito A; notas de cinco a sete) sofreu sensível redução entre o início e o fim da década. No entanto, não se deve atribuir esse fato a uma suposta queda da qualidade dos cursos, e sim aos diferentes critérios adotados ao longo desse período.

Trajetória diferente foi assinalada pelas Regiões Norte e Nordeste, que tiveram ampliado, no biênio 1998-2000, o índice de cursos com notas equivalentes ao conceito A.

TABELA 13

Cursos de mestrado avaliados pela Capes no biênio 1990-1991, por região

	A	B	C	D	E	Total	% A	% B e C	% D e E
Centro-Oeste	8	12	11	-	-	31	26	74	-
Nordeste	15	43	43	5	2	108	14	80	6
Norte	1	3	9	2	1	16	6	75	19
Sudeste	275	196	60	10	9	550	50	47	3
Sul	41	40	19	2	1	103	40	57	3
Total	340	294	142	19	13	808	42	54	4

Fonte: Capes (1996a).

Quando se analisa a distribuição de conceitos/notas obtidos pelos cursos de mestrado segundo sua natureza institucional, observa-se que a liderança exercida pela esfera estadual foi mantida ao longo da década, seja pelo maior percentual de cursos de padrão superior (conceito A ou notas de cinco a sete), seja pelo menor índice de cursos considerados precários (conceitos D e E ou notas dois e um). Em grande medida, esse melhor desempenho das IES estaduais foi em virtude das três universidades paulistas.

TABELA 14

Cursos de mestrado avaliados pela Capes no triênio 1998-2000, por região

	5 a 7	4	3	2	1	Total	% 5 a 7	% 4 e 3	% 2 e 1
Centro-Oeste	15	30	33	4	1	83	18	76	6
Nordeste	46	78	88	15	-	227	20	73	7
Norte	6	10	19	1	-	36	17	81	3
Sudeste	360	282	219	27	14	902	40	56	5
Sul	77	99	92	4	1	273	28	70	2
Total	504	499	451	51	16	1.521	33	62	4

Fonte: Capes/MEC.

Em relação às IES privadas, foram duas as principais mudanças. A primeira refere-se à redução de cerca de 50% no total de cursos enquadrados no quintil superior. A outra também diz respeito à redução à metade dos cursos considerados precários. Portanto, houve uma convergência em torno dos cursos considerados medianos, sobretudo quando se consideram apenas os que obtiveram nota três. Nesse caso, o índice alcançado pelas IES privadas, no triênio 1998-2000, foi de 45% do total contra 28% das Ifes, e 25% das instituições estaduais.

TABELA 15

Cursos de mestrado avaliados pela Capes no biênio 1990-1991, por dep. adm.

	A	B	C	D	E	Total	% A	% B e C	% D e E
Estadual	138	100	26	1	2	267	52	47	1
Federal	172	175	107	16	4	474	36	59	4
Privado	30	19	9	2	7	67	45	42	13
Total	340	294	142	19	13	808	42	54	4

Fonte: Capes (1996a).

TABELA 16

Cursos de mestrado avaliados pela Capes no triênio 1998-2000, por dep. adm.

	5 a 7	4	3	2	1	Total	% 5 a 7	% 4 e 3	% 2 e 1
Estadual	183	147	113	9	2	454	40	57	2
Federal	279	300	248	34	9	870	32	63	5
Municipal	-	-	2	-	-	2	-	100	-
Privado	42	52	88	8	5	195	22	72	7
Total	504	499	451	51	16	1.521	33	62	4

Fonte: Capes/MEC.

Em relação aos cursos de doutorado (ver tabelas 17 e 18), constata-se que em termos globais não houve variação significativa na distribuição dos conceitos/notas entre as avaliações correspondentes ao início e ao fim da década. No entanto, a análise dos dados desagregados regionalmente permite identificar que houve maiores ganhos por parte das Regiões Nordeste, Norte e Sul, sobretudo no que se refere ao índice de programas de melhor qualidade (conceito A ou notas entre cinco e sete).

Outra mudança a ser realçada diz respeito à melhoria de desempenho da Região Nordeste em relação aos cursos considerados precários. Se no início da década representavam cerca de 22% do total de cursos da região avaliados, no triênio 1998-2000 não mais integravam as estatísticas.

TABELA 17

Cursos de doutorado avaliados pela Capes no biênio 1990-1991, por região

	A	B	C	D	E	Total	% A	% B e C	% D e E
Centro-Oeste	1	-	-	-	-	1	100	-	-
Nordeste	2	1	4	1	1	9	22	56	22
Norte	-	1	4	-	-	5	-	100	-
Sudeste	188	103	30	5	2	328	57	41	2
Sul	10	11	2	-	-	23	43	57	-
Total	201	116	40	6	3	366	55	43	2

Fonte: Capes (1996a).

TABELA 18

Cursos de doutorado avaliados pela Capes no triênio 1998-2000, por região

	5 a 7	4	3	2	1	Total	% 5 a 7	% 4 e 3	% 2 e 1
Centro-Oeste	11	14	-	-	-	25	44	56	-
Nordeste	40	39	5	-	-	84	48	52	-
Norte	6	6	1	-	-	13	46	54	-
Sudeste	342	184	59	12	4	601	57	40	3
Sul	72	53	10	3	1	139	52	45	3
Total	471	296	75	15	5	862	55	43	2

Fonte: Capes/MEC.

A análise dos resultados das avaliações dos cursos de doutorado por esfera administrativa (ver tabelas 19 e 20) revela melhoria de desempenho das Ifes quanto ao percentual de programas com notas entre cinco e sete. No entanto, o índice de cursos precários sofreu ligeira ampliação entre o início e o fim da década. As IES estaduais, que no biênio 1990-1991 apresentavam o maior índice de cursos precários, invertiram essa posição ao final da década. Apesar de o conjunto das instituições privadas ter registrado pior desempenho em relação a esses dois indicadores, quando se comparam os resultados das avaliações realizadas no início e no fim da década, seu desempenho global é comparável ao das instituições públicas.

TABELA 19

Cursos de doutorado avaliados pela Capes no biênio 1990-1991, por dep. adm.

	A	B	C	D	E	Total	% A	% B e C	% D e E
Estadual	108	59	20	5	1	193	56	41	3
Federal	77	49	18	1	2	147	52	46	2
Privado	16	8	2	-	-	26	62	38	-
Total	201	116	40	6	3	366	55	43	2

Fonte: Capes (1996a).

TABELA 20

Cursos de doutorado avaliados pela Capes no triênio 1998-2000, por dep. adm.

	5 a 7	4	3	2	1	Total	% 5 a 7	% 4 e 3	% 2 e 1
Estadual	180	112	40	1	2	335	54	45	1
Federal	253	159	27	12	2	453	56	41	3
Privado	38	25	8	2	1	74	51	45	4
Total	471	296	75	15	5	862	55	43	2

Fonte: Capes/MEC.

A importância da avaliação da Capes não se inscreve apenas na tentativa de acompanhar e evidenciar a qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas também fornece subsídios que têm sido utilizados como parâmetros para a concessão de bolsas de estudo pelas agências federais de fomento à pós-graduação e à pesquisa, tais como a própria Capes e o CNPq. Nesse sentido, deixam de ser contemplados os programas que tenham obtido nota inferior a três.

4 GASTOS FEDERAIS EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Os gastos federais com pós-graduação e pesquisa são realizados predominantemente pelo CNPq e pela Capes. Em 1993, esses dois órgãos concentravam cerca de 85% dos gastos federais com o ensino de pós-graduação. Em 1999, essa participação havia sido ampliada para aproximadamente 90% do total. Em relação aos dispêndios com Ciência e Tecnologia (C&T), o CNPq manteve a posição de principal agência de fomento, na medida em que respondia, naquele período, por 30% dos gastos federais destinados a esta área.

De acordo com dados CNPq (1994), os gastos com C&T no país variaram, no período 1990-1992, de 0,66% a 0,55% do Produto Interno Bruto (PIB), cabendo à União a maior parcela desses dispêndios (respectivamente, 60% e 54% do total).⁶ Portanto, os gastos federais com C&T teriam correspondido, nesse mesmo período, a 0,36% e a 0,30% do PIB.

Essa tendência declinante também se verifica em relação aos gastos federais de natureza finalística⁷ ao longo da segunda metade da década. Conforme mostra a tabela 21, houve redução de 16% nos dispêndios federais com C&T e com ensino de pós-graduação no período 1995-1999. Caso os valores estivessem atualizados pelos índices oficiais de inflação, o decréscimo seria ainda maior.

TABELA 21

Gastos federais finalísticos com C&T e pós-graduação e em relação ao PIB de 1995 a 1999

Em R\$ mil correntes

	1995	1996	1997	1998	1999
C&T	993.123	1.005.932	923.063	803.510	916.281
Pós-graduação	781.185	750.543	773.203	684.047	754.011
PIB	646.191.517	778.886.727	870.743.034	914.187.877	963.868.538
C&T/PIB	0,15	0,13	0,11	0,09	0,10
Pós/PIB	0,12	0,10	0,09	0,07	0,08
C&T e Pós/PIB	0,27	0,23	0,19	0,16	0,17

Fontes: dados de gastos (Siafi/Sidor); dados de PIB (IBGE).

Elaboração própria.

A redução relativa de gastos da União é acompanhada, conforme mostram alguns estudos referidos por Velloso (2000), de redução na oferta de bolsas de estudo pelas principais agências de fomento (Capes e CNPq) ao longo da segunda metade da

6. O percentual do PIB brasileiro despendido com C&T corresponde a apenas ¼ do índice médio dos membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, países como México e Turquia, que também integram essa organização, apresentam índices semelhantes ao do Brasil. Para outras informações sobre gastos com C&T pela OCDE, ver OCDE (2003).

7. Excluídas despesas administrativas, aposentadorias e pensões e sentenças judiciais.

década. Portanto, o crescimento da demanda por bolsas de estudos inferido a partir da expansão das matrículas nos cursos de mestrado e de doutorado não foi acompanhado de equivalente aumento da oferta.

Se no decorrer da década de 1990 o total de bolsas de mestrado/doutorado concedidas para a realização de cursos no país cresceu cerca de 9%, no período 1995-1999 houve redução de quase 22% (CNPq, 1994, 2000). Desse modo, o acréscimo verificado durante toda a década se torna insignificante se comparado com a taxa de expansão das matrículas nesses cursos no mesmo período, que foi da ordem de 83%.

Por intermédio da tabela 22, verifica-se que o volume de gastos realizados pelo CNPq se reduziu em cerca de 45% entre 1993 e 1999. Essa tendência declinante atinge seu patamar mais baixo em 1998, quando os gastos desse órgão corresponderam a apenas 52% do total executado em 1993. A discreta recuperação ocorrida em 1999 não alterou a tendência declinante identificada ao longo do período sob análise.

Quando se desagregam os gastos do CNPq, constata-se que a maior redução ocorreu nos dispêndios com o subprograma ensino de pós-graduação (52%), enquanto que os gastos com C&T foram reduzidos em cerca de 37%. No entanto, ao se tomar o maior e o menor valor despendido ao longo do período 1993-1999, verifica-se que a redução dos gastos com C&T foi da ordem de 47%.

A Capes, por sua vez, só realiza dispêndios na área de pós-graduação. Nesse caso, ao se analisar o período 1993-1999, constata-se crescimento de 14% entre o início e o fim desse período. Contudo, ao se comparar o maior e o menor dispêndio referentes aos anos de 1994 e 1998, percebe-se uma redução de cerca de 24%.

TABELA 22

Gastos do CNPq e da Capes em C&T e pós-graduação, 1993-1999

Em R\$ mil constantes p/ dezembro de 1999

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
CNPq							
C&T	467.196	407.299	447.976	414.902	403.988	251.894	295.183
Pós-graduação	526.826	501.233	412.230	330.962	313.562	269.693	248.526
Sub-total	994.022	908.532	860.206	745.864	717.550	521.587	543.709
Capes							
Pós-graduação	423.644	612.110	566.616	577.171	551.815	468.020	484.771
Total	1.417.666	1.520.642	1.426.822	1.323.035	1.269.365	989.607	1.028.480

Fonte: Siafi/Sidor.
Elaboração própria.

No conjunto, os gastos federais com pós-graduação e pesquisa realizados por intermédio da Capes e do CNPq sofreram redução de 27% no decorrer do período 1993-1999. Quando considerados o maior e o menor montante anual executados ao longo desse tempo, verifica-se que a redução foi ainda maior (35%).

No que se refere aos gastos com o subprograma ensino de pós-graduação, houve redução de 35% nos montantes aportados em 1999, em relação ao dispêndio realizado em 1994, que registrou a maior soma no período sob estudo. Considerando-se que é por meio desses programas que são ofertadas as bolsas de estudo para os cursos de mestrado e doutorado, verifica-se que houve significativa redução do gasto *per capita* quando se tem como clientela em potencial os estudantes

matriculados nesses cursos. Nesse sentido, se esse indicador de gasto correspondia a cerca de R\$ 17 mil em 1994, ao final da década esse índice havia decrescido para menos da metade daquele valor.

Essa redução do gasto federal com a pós-graduação *stricto sensu* também pode ser constatada pelo total de bolsas concedidas por ambas as instituições. No caso do CNPq, o montante destinado aos programas no país, em 1999, foi 18% menor que aquele disponibilizado em 1994. Por sua vez, as concessões de bolsas de estudo no exterior foram reduzidas naquele ano, a 1/4 do que era ofertado em 1994 (CNPq, 1996, 2000).

5 AVANÇOS E DESAFIOS

O desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e da pesquisa no Brasil continua a ser uma atribuição principal do setor público. Ao contrário do que ocorre em relação ao ensino de graduação, o espaço ocupado pelas IES privadas ainda é residual. Apesar de ter sido ampliada a participação do setor privado na oferta de vagas ao longo da década de 1990, a esfera pública comportava, em 2000, cerca de 86% dos estudantes matriculados em cursos de mestrado e de doutorado.

A expansão desse nível do ensino superior no âmbito privado ainda encontra limitações de ordem estrutural, tais como a insuficiência de docentes titulados, a ausência de linhas de pesquisas consolidadas, os custos de instalação de laboratórios, assim como a menor taxa de retorno que este nível de ensino proporciona ao investimento privado.

Mesmo diante dessa menor participação do setor privado, o crescimento das matrículas da pós-graduação *stricto sensu* nos anos 1990 foi semelhante àquele registrado pelo ensino de graduação. Apesar de ser essa expressiva expansão em parte decorrente de uma demanda reprimida, há de se considerar como variável de oferta o crescimento do nível de titulação docente no âmbito das Ifes, o que teria permitido a essa esfera administrativa exibir taxa de crescimento semelhante à da iniciativa privada ao longo da década de 1990.

Entre as causas de as IES privadas terem registrado maior taxa de crescimento em relação aos cursos de mestrado, estão a sua menor dimensão inicial, assim como o fato de o mestrado ser, via de regra, o primeiro degrau a ser galgado na constituição de programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que não mais se aplicaria a uma parcela considerável das Ifes, cuja ênfase estaria voltada à expansão da oferta em nível de doutorado.

Tendo em vista a situação de estagnação e/ou lenta expansão dos quadros docentes das IES públicas, sobretudo das Ifes, parcela significativa dos titulados nos programas de mestrado e de doutorado vem encontrando campo de trabalho no setor privado. Em futuro próximo, é possível que essa maior titulação dos docentes das IES privadas não apenas contribua para a melhoria da qualidade de seus cursos de graduação, como também venha a ampliar sua participação na pós-graduação *stricto sensu*.

Os últimos processos de avaliação da Capes têm evidenciado não apenas o expressivo crescimento desse nível de formação superior no Brasil, como também têm inibido a expansão desenfreada desse nível do ensino. Além de não ter sido alvo de qualquer

descontinuidade, ao longo da década de 1990, a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* foi submetida a significativa reestruturação a partir de 1998. A substituição dos conceitos alfabéticos pela escala numérica possibilitou uma melhor discriminação entre os cursos, na medida em que passou a distinguir aqueles considerados de excelência.

Com o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, o processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* tem constituído instrumento de contenção de uma possível expansão desordenada da oferta desse nível de ensino, tendo em vista que os cursos que vierem a obter nota inferior a três não terão seus diplomas validados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Os gastos federais com pós-graduação *stricto sensu* e pesquisa apresentaram oscilações significativas no transcurso da década. Em linhas gerais, evidenciaram comportamento crescente entre o início e meados da década, quando então assumem tendência declinante. Essa propensão ao declínio também é observada quando se relacionam esses gastos com o PIB brasileiro.

A despeito dessa diminuição nos aportes de recursos financeiros da União ao financiamento do ensino de pós-graduação, os indicadores físicos e de qualidade e a produção científica têm evidenciado avanços significativos ao longo da década. Esse fenômeno pode estar associado à captação de recursos financeiros com outras fontes.⁸

Por fim, coloca-se como tema para discussão a orientação assumida pela pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, no que se refere ao suposto dilema quanto à formação de seus titulados: docentes *versus* pesquisadores. Conforme afirmam Aragón e Rocha (2000), a tendência dominante seria a de formar pesquisadores e especialistas em detrimento da formação de docentes para a educação superior.

8. Conforme observou Corbucci (2000) em relação ao desempenho das universidades federais no período 1995-1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÓN, V. A.; ROCHA, M. Z. B. A educação superior latino-americana em uma encruzilhada. *In*: SCHMIDT, B. V.; OLIVEIRA, R. de; ARAGON, V. A. (orgs.). **Entre escombros e alternativas** ensino superior na América Latina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CAPES. **Avaliação da pós-graduação**: síntese dos resultados. Brasília: Capes/DAV, 1996a.

_____. **Avaliação da pós-graduação - 1996**: síntese dos resultados. Brasília: Capes/DAV, 1996b.

CNPq. **Relatório estatístico 1993**. Brasília: CNPq, 1994.

_____. **O CNPq e a formação de recursos humanos de C&T para o Brasil**: estatísticas de bolsas no país e no exterior. Brasília: CNPq, 1996.

_____. **O fomento do CNPq nos estados e instituições de pesquisa, 1999**. Brasília: CNPq, 2000.

CORBUCCI, P. R. **As universidades federais**: gastos, desempenho, eficiência e produtividade. Brasília: Ipea, 2000 (Texto para Discussão n. 752).

IPEA. **Políticas sociais** acompanhamento e análise (Anexo Estatístico). Brasília: Ipea, agosto de 2002.

OCDE. **Principaux indicateurs de la science et de la technologie (PIST)**: édition 2002-2. Disponível em: www.oecd.org/pdf/M00026000/M00026476.pdf. Acesso em: 27 de fevereiro de 2003.

VELLOSO, J. Aspectos da formação de cientistas no país: evidências, êxitos e desafios. *In*: SCHMIDT, B. V.; OLIVEIRA, R. de; ARAGON, V. A. (orgs.). **Entre escombros e alternativas** ensino superior na América Latina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

EDITORIAL

Coordenação
(vago)

Produção

Supervisão
Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão
Marco Aurélio Dias Pires
Ana Flávia Magalhães Pinto
Fábio Marques Rezende (estagiário)
Luciana Soares Sargio
Renata Frassetto de Almeida

Editoração
Iranilde Rego
Aeromilson Mesquita
Elidiane Bezerra Borges
Roberto Astorino

Reprodução Gráfica
Antônio Lucena de Oliveira
Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo
Tânia Oliveira de Freitas
Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Supervisão
Dóris Magda Tavares Guerra

Equipe
Edinaldo dos Santos
Edineide Ramos
Geraldo Nogueira Luiz
José Carlos Tofetti
Marcos Cristóvão
Mauro Ferreira

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10ª andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51,
14ª andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares